

O julgamento dos maus tratos a menores no seio da família. Efeitos do nível de especialização em Direito e do parentesco do agressor (*)

ANA CRISTINA MARTINS (**)

A Psicologia Legal em Portugal conhece, já, alguma evidência empírica, a qual assenta, primordialmente, nos enviesamentos passíveis de ocorrerem na tomada de decisão jurídica ao nível da problemática dos maus tratos a menores no seio da família (e.g., Martins, 1996; Sousa, 1992; Sousa, Martins & Fonseca, 1993).

Os factores abordados têm sido o nível de especialização em Direito, o estatuto social dos arguidos (Martins, 1996; Sousa, 1992, Sousa, Martins & Fonseca, 1993), a manifestação de premeditação e de intenção por parte dos arguidos (Sousa, Martins & Fonseca, 1993) e a alusão à sua personalidade na descrição dos crimes (Martins, 1996).

No que respeita às variáveis dependentes, têm sido estudadas as teorias implícitas sobre os maus tratos a menores e o teste de hipóteses (Martins, 1996), a impressão formada acerca dos arguidos (Martins, 1996; Sousa, 1992), o julgamento em termos de intenção, premeditação, gravidade do

acto, culpa, quadro penal e pena a atribuir e, ainda, a confiança no veredicto (Martins, 1996; Sousa, 1992; Sousa, Martins & Fonseca, 1993).

Relativamente aos efeitos da especialização em Direito, os resultados têm abonado a favor da semelhança entre leigos, novatos e especialistas, à excepção da atribuição de intenção (Sousa, 1992; Sousa, Martins & Fonseca, 1993), em que estes últimos se revelaram mais severos, e da atribuição de premeditação (Martins, 1996), a qual foi mais branda por parte dos mesmos. Na investigação de Sousa, Martins e Fonseca (1993) os especialistas mostraram-se mais confiantes do seu veredicto do que os restantes grupos.

No que concerne ao estatuto social dos arguidos, os resultados obtidos têm-se revelado inconsistentes. Assim, enquanto que Martins (1996) e Sousa (1992) não encontraram efeitos significativos sobre o julgamento subsequente, Sousa Martins e Fonseca (1993) constataram uma maior atribuição de culpa à arguida de estatuto social superior e um maior extremismo dos julgamentos em termos da moldura penal utilizada e da pena atribuída no caso da arguida de estatuto social inferior.

Por último, a alusão à personalidade desfavorável dos arguidos parece ter provocado uma dis-

(*) A autora agradece a colaboração de Débora Morganho e Gisela Silva, alunas do ISPA, na recolha e codificação dos dados.

(**) Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Membro da Unidade de Investigação em Psicologia Social, ISPA.

torção de negatividade, tendo levado os sujeitos a procurar menos informação acerca da sua intenção quando estes foram apresentados como sendo de estatuto social inferior (Martins, 1996).

Como se disse no início, estes estudos vêm-se debruçando, maioritariamente, sobre os maus tratos a menores por parte de elementos constituintes da sua família. Por família entende-se «qualquer casal, casado ou não, os seus descendentes, bem como os ascendentes, descendentes ou colaterais de uma parte ou de outra parte, e os eventuais filhos, desde que vivam juntos ou mantenham laços resultantes de uma vida comum anterior» (Conselho da Europa, 1984, p.11).

Até aqui, estudaram-se os maus tratos físicos infligidos pela mãe do menor, elemento que, aliás, mais frequentemente o maltrata (Lenoir-Demougois, 1981). De acordo com a mesma autora, segue-se-lhe o pai e, posteriormente, o padrasto.

No presente trabalho pretende-se analisar se o julgamento de uma situação desta mesma natureza, por parte de leigos e de sub-especialistas (Patel & Groen, 1991) em Direito, varia consoante seja uma ou outra destas duas figuras a cometer o crime.

Hipóteses

Hipótese 1

Encontrar-se-ão semelhanças entre leigos e sub-especialistas em Direito em termos de:

- 1.1. Teorias implícitas acerca de um menor maltratado por seu pai/padrasto
- 1.2. Teorias implícitas acerca de um pai/padrasto maltratante
- 1.3. Teorias implícitas acerca das causas de uma situação de maus tratos a um menor por parte de seu pai/padrasto
- 1.4. Percepção da frequência de casos similares na comunidade
- 1.5. Percepção da gravidade do crime
- 1.6. Atribuição de responsabilidade
- 1.7. Sentença proferida
- 1.8. Escolha do quadro penal
- 1.9. Pena proferida

Uma vez que, tal como inicialmente descrito, os resultados dos estudos têm sido inconsistentes no que respeita à atribuição de intenção e de premeditação, bem como quanto à confiança de-

positada no veredicto, não se formulam quaisquer hipóteses relativamente a estas variáveis.

1. MÉTODO

1.1. *Sujeitos*

No presente estudo participaram 54 sujeitos, cuja média etária era de 21 anos (idade mínima de 14 anos e máxima de 52 anos), sendo 42 do sexo feminino e 11 do sexo masculino (1 dos sujeitos não se identificou quanto ao seu género sexual).

Estes sujeitos foram seleccionados de acordo com os seus conhecimentos no âmbito do Direito, tendo sido constituídos dois grupos. O primeiro deles (Leigos) integra 27 estudantes do 2.º ano de Psicologia. O segundo grupo (Sub-especialistas) é constituído por 27 alunos do 4.º ano de Direito.

1.2. *Instrumento*

Foi construído um questionário semelhante ao utilizado por Martins (1996).

Assim, numa primeira questão, foi pedido aos sujeitos que imaginassem uma criança maltratada, fisicamente, pelo pai/padrasto e que os descrevessem, posteriormente, da forma mais completa possível, assim como as causas que considerassem estar subjacentes ao acto.

Seguidamente, cada sujeito foi confrontado com a síntese de um caso de maus tratos físicos infligidos a uma menor construída por Martins (1996), mas em que o agressor, ao invés da mãe da criança, fora, numa versão o seu pai e, noutra, o seu padrasto.

Posteriormente à avaliação da gravidade do acto, assinalada numa escala tipo Likert de 5 pontos (Nada grave/Muito grave), os sujeitos procederam ao julgamento do caso. Para tal, foi-lhes pedido que se colocassem no papel de juízes e que assinalassem, numa escala de formato idêntico, a sua avaliação da premeditação e da intenção com que o arguido teria agido.

Em seguida, avaliaram, igualmente numa escala tipo Likert de 5 pontos, em que medida consideravam que o arguido era responsável pelo acto.

Posteriormente, foi solicitado aos sujeitos que proferissem a sentença (culpado ou inocente), bem como a pena a atribuir e o quadro penal a utilizar, para o que dispuseram dos artigos 153.º e 154.º do Código Penal, os quais versam sobre esta situação, sendo o segundo aplicável a ofensas corporais graves e abrindo a possibilidade de mais um ano de prisão.

Finalmente, os sujeitos responderam sobre a sua confiança no veredicto e a sua percepção da ocorrência, na comunidade, do tipo de caso que lhe havia sido apresentado, com base numa escala tipo Likert de cinco pontos.

1.3. *Procedimento*

1.3.1. Administração do Questionário

O questionário foi administrado nas respectivas salas de aula. Após uma breve introdução, em que foi dito tratar-se de um estudo sobre a problemática dos maus tratos a menores, foi pedida a colaboração dos presentes. As duas versões do questionário foram, então, distribuídas equitativa e aleatoriamente.

Cada sessão teve a duração média de trinta minutos, no final dos quais se descreveu o estudo com maior pormenor.

1.3.2. Análise de Conteúdo

As questões abertas foram submetidas a uma análise de conteúdo com base nos procedimentos descritos por Rosenberg e Sedlak (1972).

Este processo baseou-se nas categorias encontradas por Martins (1996), tendo sido efectuado por um júri integrando dois elementos, os quais atingiram 100% de acordo.

1.3.3. As Teorias Implícitas acerca dos Menores Maltratados

A análise de conteúdo das descrições que os sujeitos fizeram de uma criança maltratada, fisicamente, por seu pai/padrasto deu origem às seguintes três categorias:

1. Características favoráveis (por exemplo, meiga).
2. Características desfavoráveis (agressiva, mal comportada).

3. Características reveladoras de perturbação (medo de crescer).

1.3.4. As Teorias Implícitas acerca de um Pai/Padrasto Maltratante

O sistema de classificação das características associadas, pelos sujeitos, a um pai/padrasto maltratante integra cinco categorias:

1. Características favoráveis (por exemplo, carinhoso).
2. Características desfavoráveis (agressivo).
3. Características e estados perturbadores do equilíbrio (frustrado, com carências económicas).
4. Características gerais (educação, valores).
5. Atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s) (não deseja a criança, não compreende as crianças).

1.3.5. As Teorias Implícitas acerca dos Factores Etiológicos

A análise de conteúdo das causas citadas pelos sujeitos como sendo responsáveis pelas situações de maus tratos a menores por parte do seu pai/padrasto revelou os seguintes factores:

1. Características do pai/padrasto favoráveis.
2. Características do pai/padrasto desfavoráveis.
3. Características e estados perturbadores do equilíbrio do pai/padrasto.
4. Características gerais do pai/padrasto.
5. Atitudes desfavoráveis do pai/padrasto em relação à(s) criança(s).
6. Factores interactivos pai/padrasto-criança desfavoráveis (incompatibilidade de feitios).

2. RESULTADOS

2.1. *As Teorias Implícitas acerca dos Maus Tratos a Menores*

2.1.1. As Teorias Implícitas acerca de um Menor Maltratado

Para teste da hipótese 1.1 e análise de even-

tuais efeitos principais do parentesco do agressor e de efeitos de interação deste com o nível de especialização sobre as teorias implícitas posuídas pelos sujeitos acerca de um menor maltratado, recorreu-se à análise de variância. Os resultados obtidos encontram-se sumarizados na Tabela 1. Apenas se verificou um efeito principal significativo do nível de especialização sobre a referência às características favoráveis do menor (Categoria 1) $F(1,52)=6.96$, $p=.01$), com os leigos a apresentarem uma média de referência superior ($M=.76$, $d.p.=.83$ vs $M=.24$, $p=.52$), o que infirma, ainda que parcialmente, a hipótese em estudo.

TABELA 1
Análise de variância das teorias implícitas sobre um menor maltratado segundo o nível de especialização X o parentesco do agressor

		F	p
CATEGORIA 1	Grupo	6.96	.01
	Parentesco	.11	.75
	Interação	.35	.56
CATEGORIA 2	Grupo	.17	.69
	Parentesco	.17	.69
	Interação	.03	.86
CATEGORIA 3	Grupo	.31	.58
	Parentesco	.04	.84
	Interação	.55	.46

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características reveladoras de perturbação

Com base no teste t de Student para amostras emparelhadas, identificou-se a categoria 3, respeitante às características reveladoras de perturbação ($M=2.67$, $d.p.=1.58$), como tendo sido a significativamente mais mencionada pelos sujeitos ao descreverem um menor maltratado (Tabelas 2 e 3).

TABELA 2
Médias e desvios-padrão das categorias relativas às teorias implícitas sobre um menor maltratado

	Média	d. p.
CATEGORIA 1	.52	.75
CATEGORIA 2	.48	.61
CATEGORIA 3	2.67	1.58

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características reveladoras de perturbação

TABELA 3
Teste t de Student para as categorias das teorias implícitas sobre um menor maltratado

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3
CATEGORIA 1			
CATEGORIA 2	t=.26 p=.80		
CATEGORIA 3	t=8.23 p=.00	t=9.74 p=.00	

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características reveladoras de perturbação

2.1.2. As Teorias Implícitas acerca do Agressor

A análise de variância efectuada para teste da hipótese 1.2 revelou efeitos principais do grupo ($F(1,52)=4.09$, $p=.05$) e do parentesco ($F(1,52)=6.37$, $p=.02$) sobre a referência às características gerais do agressor (Categoria 4). Esta apresentou uma média superior por parte dos sub-especialistas ($M=.32$, $d.p.=.56$ vs $M=.10$, $d.p.=.31$), bem como quando o agressor da menor foi o pai e não o padrasto ($M=.33$, $d.p.=.55$ vs $M=.07$, $d.p.=.27$). A hipótese foi, pois, apenas parcialmente confirmada.

A Tabela 4 evidencia, ainda, a existência de efeitos de interação significativos entre o nível de especialização e o parentesco sobre a média de referência da categoria 4 ($F(3,50)=3.89$, $p=.05$) e da categoria 5 ($F(3,50)=1.71$, $d.p.=.20$). Assim, enquanto que os sub-especialistas referiram mais características gerais (Categoria 4) quando o agressor foi o pai ($M=.58$, $d.p.=.67$ para $M=.08$, $d.p.=.28$), os leigos não apresentaram diferenças ao nível da referência desta categoria consoante o agressor tenha sido o pai ou o padrasto do menor ($M=.13$, $d.p.=.35$ para $M=.07$, $d.p.=.27$). Por outro lado, os leigos apenas mencionaram atitudes desfavoráveis do agressor em relação à(s) criança(s) (Categoria 5) quando este foi apresentado como sendo o seu pai ($M=.07$, $d.p.=.26$ vs $M=.00$, $d.p.=.00$), tendo o contrário sucedido com os sub-especialistas ($M=.00$, $d.p.=.00$ vs $M=.31$, $d.p.=.63$).

TABELA 4
Análise de variância das teorias implícitas sobre o agressor segundo o nível de especialização X o parentesco

		F	p
CATEGORIA 1	Grupo	3.67	.06
	Parentesco	.87	.36
	Interação	.10	.75
CATEGORIA 2	Grupo	.02	.88
	Parentesco	3.43	.07
	Interação	.12	.74
CATEGORIA 3	Grupo	1.56	.22
	Parentesco	2.27	.14
	Interação	.40	.53
CATEGORIA 4	Grupo	4.09	.05
	Parentesco	6.37	.02
	Interação	3.89	.05
CATEGORIA 5	Grupo	1.71	.20
	Parentesco	1.71	.20
	Interação	4.12	.05

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4 = características gerais
 Categoria 5 = atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

TABELA 5
Médias e desvios-padrão das categorias relativas às teorias implícitas sobre o agressor

	Média	d. p.
CATEGORIA 1	.16	.47
CATEGORIA 2	1.29	1.31
CATEGORIA 3	1.85	1.55
CATEGORIA 4	.20	.45
CATEGORIA 5	.09	.35

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4 = características gerais
 Categoria 5 = atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

Realizou-se o teste t de Student para as cinco categorias referentes às teorias implícitas acerca do agressor, a fim de explorar aquelas que apresentavam uma média de referência significativamente superior (Tabelas 5 e 6).

Verifica-se que as categorias significativamente mais mencionadas foram a 2 (características desfavoráveis), com uma média de 1.29

TABELA 6
Teste t de Student para as categorias das teorias implícitas sobre o agressor

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3	CATEG 4	CATEG 5
CATEGORIA 1					
CATEGORIA 2	t=5.87 p=.00				
CATEGORIA 3	t=7.42 p=.00	t=1.78 p=.08			
CATEGORIA 4	t=.41 p=.69	t=5.56 p=.00	t=7.61 p=.00		
CATEGORIA 5	t=.94 p=.35	t=6.35 p=.00	t=7.96 p=.00	t=1.35 p=.18	

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4 = características gerais
 Categoria 5 = atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

TABELA 7

Análise de variância das teorias implícitas sobre os factores etiológicos segundo o nível de especialização X o parentesco do agressor

		F	p
CATEGORIA 1	Grupo	.09	.77
	Parentesco	1.69	.20
	Interacção	.09	.77
CATEGORIA 2	Grupo	.19	.66
	Parentesco	.04	.83
	Interacção	.01	.93
CATEGORIA 3	Grupo	.08	.78
	Parentesco	.00	1.00
	Interacção	1.54	.22
CATEGORIA 4	Grupo	3.75	.06
	Parentesco	.20	.66
	Interacção	.49	.49
CATEGORIA 5	Grupo	.35	.56
	Parentesco	2.23	.14
	Interacção	2.05	.16
CATEGORIA 6	Grupo	1.03	.32
	Parentesco	.27	.61
	Interacção	1.28	.26

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4 = características gerais do agressor
 Categoria 5 = atitudes desfavoráveis do agressor em relação à(s) criança(s)
 Categoria 6 = factores interactivos agressor-criança desfavoráveis

TABELA 8

Médias e desvios-padrão das implícitas acerca dos factores etiológicos

	Média	d. p.
CATEGORIA 1	.06	.30
CATEGORIA 2	.28	.56
CATEGORIA 3	2.35	1.70
CATEGORIA 4	.26	.65
CATEGORIA 5	.09	.29
CATEGORIA 6	.13	.34

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4 = características gerais do agressor
 Categoria 5 = atitudes desfavoráveis do agressor em relação à(s) criança(s)
 Categoria 6 = factores interactivos agressor-criança desfavoráveis

TABELA 9

Teste t de Student para as teorias implícitas acerca dos factores etiológicos

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3	CATEG 4	CATEG 5	CATEG 6
CATEGORIA 1						
CATEGORIA 2	t=2.70 p=.01					
CATEGORIA 3	t=9.61 p=.00	t=8.23 p=.00				
CATEGORIA 4	t=2.28 p=.03	t=.15 p=.88	t=8.15 p=.00			
CATEGORIA 5	t=.63 p=.53	t=2.11 p=.04	t=9.15 p=.00	t=1.64 p=.11		
CATEGORIA 6	t=1.16 p=.25	t=1.59 p=.12	t=9.30 p=.00	t=1.26 p=.21	t=.70 p=.49	

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4 = características gerais do agressor
 Categoria 5 = atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)
 Categoria 6 = factores interactivos agressor-criança desfavoráveis

(d.p.=1.31) e a 3 (características e estados perturbadores do equilíbrio), com uma média de 1.85 (d.p.=1.55).

2.1.3. As Teorias Implícitas acerca dos Factores Etiológicos

Para a análise das causas apontadas pelos sujeitos como explicativas de uma situação de maus tratos a um menor por seu pai/padrasto, procedeu-se, estatisticamente, de modo semelhante ao anterior.

Constatou-se que a categoria 3 (características e estados perturbadores do equilíbrio do agressor) foi a significativamente mais referida pelos sujeitos ($M=2.35$, d.p.=1.70), sendo que todas as restantes apresentam uma média de referência baixa (Tabela 8).

Quanto à análise de variância realizada com os factores «nível de especialização» e «parentesco do agressor», não se encontraram efeitos principais nem de interacção significativos sobre a referência a estas seis categorias (Tabela 7), resultados que sustentam a hipótese 1.3.

2.1.4. A Percepção da Frequência dos Maus Tratos a Menores

A hipótese 1.4 foi testada com base numa análise de variância. Não se encontraram efeitos principais significativos do nível de especialização ($F(1,52)=.29$, $p=.59$), resultados que confirmam a hipótese sob estudo, nem da descrição do caso ($F(1,52)=.79$, $p=.38$). Também não se registaram quaisquer efeitos de interacção significativos ($F(3,50)=.10$, $p=.75$).

Os sujeitos consideraram, em média, este tipo de casos como sendo muito frequentes ($M=4.59$, d.p.=.63).

2.2. A avaliação da gravidade, premeditação, intenção e responsabilidade

Para a análise de eventuais efeitos principais do nível de especialização dos sujeitos e do parentesco do agressor sobre a avaliação da gravidade, premeditação, intenção e responsabilidade, bem como de potenciais efeitos de interacção não previstos, foram efectuadas quatro análises de variância.

Os resultados obtidos encontram-se sumarizados na Tabela 10.

TABELA 10
Análise de variância da gravidade, premeditação, intenção e responsabilidade segundo o nível de especialização X o parentesco do agressor

		F	p
GRAVIDADE	Grupo	1.41	.24
	Parentesco	.02	.90
	Interacção	1.24	.27
PREMEDITAÇÃO	Grupo	.05	.83
	Parentesco	.14	.71
	Interacção	.01	.92
INTENÇÃO	Grupo	4.09	.05
	Parentesco	.12	.73
	Interacção	.21	.65
RESPONSABILIDADE	Grupo	.18	.68
	Parentesco	1.61	.21
	Interacção	.22	.64

Apenas se verificou um efeito principal do grupo sobre a avaliação da intenção ($F(1,52)=4.09$, $p=.05$), resultados que sustentam as hipóteses 1.5 e 1.6. Os sub-especialistas fizeram uma maior atribuição de intenção do que os leigos ($M=4.32$, d.p.=.90 vs $M=3.83$, d.p.=.85).

Quanto às restantes dimensões, os sujeitos tenderam a considerar o acto muito grave ($M=4.93$, d.p.=.26) e o arguido muito responsável por ele ($M=4.85$, d.p.=.41), tendo considerado que ele o executou com um grau de premeditação médio ($M=3.20$, d.p.=1.05).

2.3. O Quadro Penal Utilizado e a Sentença e Pena Proferidas

Para testar as hipóteses 1.7, 1.8 e 1.9 utilizou-se o teste do Qui-quadrado e a análise de variância.

No que respeita à sentença proferida, não se verificaram quaisquer diferenças significativas – todos os sujeitos consideraram o arguido culpado, tendo-se confirmado a hipótese 1.7.

Também não se encontraram diferenças significativas ao nível da utilização dos dois quadros penais disponibilizados (Caso 1: $\chi^2(1, N=54)=.17$, $p=.68$; Caso 2: $\chi^2(1, N=54)=.05$, $p=.83$),

TABELA 11

Frequência do quadro penal e da pena de prisão segundo o nível de especialização e o parentesco do agressor

QUADRO	Leigos		Sub-Especialistas		
	Freq.	%	Freq.	%	
CASO 1	Artigo 153.º	4	26.7	5	41.7
	Artigo 154.º	11	73.3	7	58.3
CASO 2	Artigo 153.º	7	50.0	5	38.5
	Artigo 154.º	7	50.0	8	61.5
PRISÃO					
CASO 1	Sim	14	93.3	11	91.7
	Não	1	6.7	1	8.3
CASO 2	Sim	14	100.0	13	100.0
	Não	0	.0	0	.0

Caso 1 = Pai agressor

Caso 2 = Padrasto agressor

TABELA 12

Análise de variância da duração da pena de prisão segundo o nível de especialização X o parentesco do agressor

		F	p
PENA MÍNIMA	Grupo	.17	.68
	Parentesco	.76	.39
	Interacção	.24	.63
PENA MÁXIMA	Grupo	.05	.83
	Parentesco	.02	.89
	Interacção	.12	.73

resultados que sustentam a hipótese 1.8. Leigos e sub-especialistas em Direito socorreram-se, preferencialmente, do artigo 154.º quando o agressor foi o pai (73.3% e 58.3%, respectivamente). No caso em que os maus tratos foram infligidos pelo padrasto, os leigos escolheram de igual modo os dois artigos (50%), enquanto que os especialistas privilegiaram o artigo 154.º (61.5%). De sublinhar, novamente, que esta diferença não se manifestou como sendo significativa.

Quanto à pena de prisão, todos os sujeitos a preferiram para o padrasto. No caso da agressão por parte do pai do menor, a grande maioria ma-

nifestou a mesma opinião (Leigos: 93.3%; Sub-especialistas: 91.7%).

Não se encontraram efeitos principais nem de interacção significativos para a duração desta pena (Tabela 12). Os sujeitos propuseram, em média, uma pena de prisão mínima de 33 meses (M=33.12, d.p.=15.92) e uma pena máxima de 36 meses (M=36.00, d.p.=13.81). Estes resultados vão no sentido da hipótese 1.9.

2.4. A Confiança no Verdicto

Ao nível da confiança manifestada pelos sujeitos relativamente ao seu veredicto, não se encontraram efeitos principais nem de interacção significativos (Tabela 13). Os sujeitos tenderam a sentir-se seguros (M=4.04, d.p.=1.12).

TABELA 13

Análise de variância da confiança segundo o nível de especialização X o parentesco do agressor

	F	p
Grupo	2.98	.09
Parentesco	.03	.87
Interacção	.06	.81

3. DISCUSSÃO

O presente estudo debruçou-se sobre a tomada de decisão jurídica acerca dos maus tratos a menores no seio da família e pretendeu analisar a influência do nível de especialização em Direito e do parentesco do agressor sobre algumas estruturas e processos cognitivos inerentes ao seu julgamento.

A manipulação do parentesco do agressor produziu diferenças significativas somente em termos das teorias implícitas possuídas a seu respeito. Assim, os sujeitos descreveram o pai agressor com base em mais características gerais do que o padrasto.

Em termos do grau de especialização dos sujeitos, foram encontradas diferenças pontuais ao nível das suas teorias implícitas sobre os maus tratos a menores e da atribuição de intenção.

No que respeita às teorias implícitas sobre este tipo de crime, os leigos associaram um maior número de características favoráveis a um menor fisicamente maltratado pelo seu pai/padrasto e descreveram o seu agressor com base em menos características gerais do que os sub-especialistas.

Relativamente à intenção, os sub-especialistas fizeram uma maior atribuição do que os leigos, tal como encontrado por Sousa (1992) e por Sousa, Martins e Fonseca (1993), avaliação que, contudo, não produziu diferenças em termos da sentença e pena proferidas.

Ao nível da percepção da gravidade do acto e da ocorrência deste tipo de casos na comunidade, da atribuição de premeditação e de responsabilidade ao arguido, da escolha do quadro penal, da sentença e pena proferidas e da confiança no veredicto, encontraram-se semelhanças entre os vários grupos de sujeitos, os quais avaliaram o agressor de uma forma severa em torno daquelas dimensões, tendo-se manifestado seguros do seu julgamento e considerado que este tipo de crimes é muito frequente.

Tais resultados vão, pois, ao encontro daqueles que têm sido encontrados nos estudos que, em Portugal, se têm vindo a realizar neste âmbito (e.g., Martins, 1996; Sousa, 1992; Sousa, Martins & Fonseca, 1993), corroborando a semelhança de desempenho de especialistas e não especialistas em Direito.

A dimensão que parece oferecer evidência

empírica mais inconsistente respeita à atribuição de premeditação e de intenção. Contudo, tais divergências entre os vários níveis de especialização não se têm espelhado nas sentenças e penas proferidas.

A severidade com que, uma vez mais, este tipo de crime foi julgado e o facto de, tal como sucedeu com o estatuto social (Martins, 1996; Sousa, 1992) e com a alusão à personalidade (Martins, 1996), o parentesco do agressor em nada a ter afectado, reforça a hipótese da sua «imunidade» a variáveis desta natureza, decorrente da gravidade com que são avaliados (Martins, 1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Código Penal (1982). Decreto-Lei n.º 400/82 de 23 de Setembro. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Conselho da Europa. (1984). A violência no seio da família. *Boletim do Ministério da Justiça*, 335, 5-22.
- Lenoir-Demougois, V. (1981). The manifestations and definitions of ill-treatment. *Collected Studies in Criminological Research*, 18, 7-45.
- Martins, A. (1996). A influência do estatuto social dos arguidos, dos autos dos crimes e do nível de especialização em Direito sobre o julgamento jurídico: O caso dos maus tratos a menores. *Análise Psicológica*, 14 (4), 601-619.
- Patel, V., & Groen, G. (1991). The general and specific nature of medical expertise: A critical look. In K. A. Ericsson & J. Smith (Eds.), *Toward a general theory of expertise* (pp. 93-125). Cambridge: Cambridge University Press.
- Rosenberg, S., & Sedlak. (1972). Structural representations of implicit personality theory. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (vol.6, pp. 235-297). New York: Academic Press.
- Sousa, E. (1992). O tratamento da informação na sentença judicial. O caso das crianças maltratadas. *Sociologia*, 12, 41-55.
- Sousa, E., Martins, A., & Fonseca, A. (1993). A construção social dos maus tratos (I). *Análise Psicológica*, 11 (1), 75-86.

RESUMO

Este estudo analisa a influência do nível de especialização em Direito e do parentesco do agressor sobre o julgamento de um caso de maus tratos físicos a um menor. Em termos gerais, encontraram-se semelhanças entre os dois níveis de especialização abordados (lei-

gos e sub-especialistas), aspecto que abona a favor da convergência das suas perspectivas acerca desta problemática, tal como já evidenciado por outros trabalhos. Também o parentesco do agressor do menor (pai/padrasto) não produziu diferenças significativas quanto à forma como este foi julgado.

Palavras-chave: Psicologia legal, Especialização, Maus tratos a menores

ABSTRACT

This study analyses the influence of the level of

expertise in Law, and of the defendants' kinship on the judgment of a child physical abuse case. In general, there were found similarities between the two levels of expertise approached (lay persons and sub-experts), which go in favour of the convergence of their perspectives about this problematic, as showed by other works. Also the kinship of the child's aggressor (father/stepfather) didn't produce significant differences on the way he has been judged.

Key words: Legal Psychology, Expertise, Child abuse.